



ACESSO E PERMANÊNCIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Michelli Aparecida Daros¹
Giselly Barros Rodrigues²
Guilherme Ramalho Arduini³
Thaís Ribeiro Esteves⁴
Williana Angelo Silva⁵

Resumo

Este artigo apresenta reflexões, desenvolvidas coletivamente por um grupo de pesquisadores, sobre as políticas de acesso e permanência estudantil na rede federal de educação. A análise é orientada por elementos da formação sócio-histórica brasileira, tomando classe, raça/etnia e gênero como categorias centrais para a compreensão das políticas educacionais. Compreende-se que é necessário um compromisso com políticas educacionais antirracistas para que o apoio à permanência estudantil possa ter êxito; nesse sentido, o artigo também apresenta estratégias e práticas político-pedagógicas de pesquisa, ensino e extensão, no âmbito do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), que convergem para essa finalidade.

Palavras-chave: Instituto Federal de São Paulo; acesso e permanência estudantil; políticas educacionais antirracistas.

STUDENT ACCESS AND PERMANENCE FROM THE PERSPECTIVE OF ANTI-RACIST EDUCATION

Abstract

This article presents reflections, developed collectively by a group of researchers, on policies regarding student access and retention in Brazilian federal education system. The analysis is informed by elements of Brazilian socio-historical theory, approaching class, race/ethnicity, and gender as central categories for understanding educational policies. It is understood that a commitment to anti-racist educational policies is necessary for support for student retention to be successful; in this regard, the article also presents political-pedagogical strategies and practices in research, teaching and extension, developed in the Federal Institute of São Paulo, that converge towards this aim.

Keywords: Federal Institute of São Paulo; student access and permanence; anti-racist educational policies.

Artigo recebido em: 26/04/2026 Aprovado em: 21/08/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEpe30166>

¹ Professora do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina. (UEL).

² Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

³ Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

⁴ Assistente social Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

⁵ Assistente social Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresentado é fruto do desenvolvimento dos estudos realizados no âmbito do desenvolvimento da pesquisa *Dez anos da Lei 12.711/2012 e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?*¹, financiada pela Chamada n. 10/2023 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Em curso desde 2023, a pesquisa em tela se inscreve no âmbito da avaliação de políticas e programas sociais e visa contribuir para o preenchimento de lacunas de pesquisas que correlacionem políticas de acesso e permanência nos Institutos Federais (IFs), a saber, a Lei n. 12.711/2012, conhecida como “Lei de Cotas”, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A partir de 2025, a pesquisa passou a ser realizada a partir de parcerias entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Assim, a equipe de pesquisa é formada por pesquisadores e estudantes das duas instituições.

O propósito central da pesquisa é a produção de diagnósticos e identificação de dificuldades na gestão das políticas de acesso e permanência estudantil no IFSP, de maneira a contribuir para a criação de metodologias padronizadas de avaliação das ações da Lei 12.711/2012, após seu primeiro decênio de existência, e do PNAES, após 12 anos de sua criação, produzindo conhecimento sobre a temática e tornando públicos os impactos das políticas de acesso e permanência dos estudantes no IFSP. Para isso, foram lançadas diversas estratégias de pesquisa, de caráter quali-quantitativo, para coletar, sistematizar e analisar dados a respeito do acesso e permanência de estudantes do IFSP.

Neste artigo, num esforço coletivo de pesquisadores, apresentamos reflexões a respeito das políticas de acesso e permanência estudantil na rede federal de educação, mediadas por elementos da formação sócio-histórica brasileira - em que classe, raça/etnia e gênero constituem-se em categorias centrais para a análise das políticas educacionais- assim como, partindo do pressuposto de que o apoio à permanência estudantil requer o compromisso com políticas educacionais antirracistas, compartilhamos estratégias e práticas político-pedagógicas de pesquisa, ensino e extensão que convergem para o apoio à permanência estudantil, socialmente referenciada e de perspectiva antirracista.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E AS DETERMINAÇÕES DO CAPITALISMO DEPENDENTE, RACISMO ESTRUTURAL E PATRIARCADO

A análise contemporânea das políticas de acesso à educação e permanência estudantil na rede federal de educação, envolve, invariavelmente, a apreensão de elementos sócio-históricos que se constituem como determinantes do direito à educação na formação social brasileira. Nesta seção, buscaremos a compreensão sobre as determinações que envolvem o racismo estrutural, o patriarcado e o antagonismo de classes sociais no Brasil, situando-o como um país marcadamente pelo capitalismo dependente. (Fernandes, 2009)

Contrariando o pensamento linear de que o capitalismo surge de fatos sequenciais que põem fim ao feudalismo europeu, autores como Quijano (2005) , Fernandes (2009) e Marini (2022), embora apresentem nuances, convergem no esforço de suas análises para compreender as particularidades do capitalismo nos países da América Latina.

Para Quijano (2005), a emergência da América foi fundamental para a consolidação do modo de produção capitalista. O autor argumenta que na América, o trabalho escravo foi fundamental para produzir mercadorias para o mercado mundial, servindo aos propósitos e necessidades do capitalismo. Assim, as formas de trabalho e controle do trabalho, para o autor, não apenas atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno no eixo do capital e do mercado mundial.

Assim, reconhece-se a importância da América na consolidação do modo de produção capitalista como predominante mundialmente. A instauração de relações caracteristicamente capitalistas, especialmente, nos países latino-americanos se deu de maneira distinta da experiência europeia. Ao analisar a participação de países latino- americanos no capitalismo mundial, bem como a instauração de relações sociais tipicamente capitalistas nesses países, Quijano (2005) entende que a colonialidade é uma chave para compreender como se deu a divisão social e racial do trabalho. Para o autor, com a emergência da América, surge também a ideia de raça, como uma categoria mental da modernidade, capaz de codificar diferenças entre conquistadores e conquistados, que atribuíam superioridade "natural" para uns e inferioridade para outros. Assim, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo e cultural, onde o não-europeu era o passado, inferior, sempre primitivo. A partir do constructo da raça superior (a branca), estrutura-se a divisão do trabalho nas colônias e nos países europeus e, conseqüentemente, se estabelece a geografia social do capitalismo, em que a Europa e os europeus se tornaram o centro do mundo capitalista. Vale destacar que, no último quartel do século XIX, nas regiões não-europeias, o trabalho assalariado concentrava-se quase exclusivamente entre os brancos. Ou seja, o trabalho pago, relação essencial ao modo de produção capitalista, surge como um privilégio branco.

Assim, a colonialidade é um elemento determinante para conformar as particularidades do capitalismo que surgiu nos países latino-americanos. Vale destacar que, nos países da América Latina não houve eventos revolucionários que pudessem demarcar a transição social e econômica para o capitalismo, como na experiência europeia. Para Fernandes (2009), a instauração das relações tipicamente capitalistas no Brasil envolveu, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma conciliação com o "antigo regime". Ou seja, a descolonização das relações sociais e do modo de pensar colonial, nunca pode ser completa, porque o complexo colonial - que incluía relações patrimonialistas e resquícios sociais, culturais, de violência e subordinação existentes nos tempos do escravismo – foi necessário à "modernização" e alimentou as formas de acumulação de capital nos países latino-americanos, especialmente, pela forma de superexploração da força de trabalho (Marini, 2022).

A partir da modernização do arcaico, o capitalismo constituído na América Latina se desenvolveu sem romper com as relações coloniais preexistentes, em que:

[...] a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc (Fernandes, 2009, p. 49).

Fernandes (2009) identifica que o capitalismo que se assenta no último quartel do século XIX nos países latino-americanos é do tipo dependente. Do ponto de vista da produção de bens, predomina o caráter de produção e exportação de bens primários para que os países do "centro" do capitalismo pudessem impulsionar a criação de produtos industriais. Já do ponto de vista da conformação das classes que o constituí, devido à colonialidade como determinante histórico-social e a ausência de eventos revolucionários que pudessem pôr fim às velhas estruturas sociais para que novas pudessem surgir, haverá a identificação da burguesia branca com os interesses da burguesia dos países centrais do capitalismo, ou seja, uma burguesia que já nasce antinacional e que existe pelo "aburguesamento do senhor rural". (Fernandes, 2009, p. 52)

Na linha de Fernandes (2009), Ruy Marini (2022), ao analisar a gênese do capitalismo brasileiro, reconhece que o capitalismo no Brasil adquire um caráter *sui generis*, que só pode ser compreendido quando analisado em seu conjunto, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Para o autor, o caráter dependente do capitalismo no Brasil se torna essencial para o avanço do capitalismo mundial, a alavanca para tal avanço é a superexploração do trabalho nos países da América Latina. Silva e Fagundes (2022) elencam as formas pelas quais a superexploração do trabalho se manifesta:

[...] a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; c) aumento da intensidade do trabalho além dos

limites normais; d) hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho (Silva; Fernandes, 2022, n.p.).

A superexploração do trabalho é, pois, elemento essencial para a análise das feições que assume o capitalismo no Brasil. Associada aos resquícios da colonialidade, à transição social e econômica para o capitalismo que modernizou velhas estruturas e às marcas históricas de séculos de escravidão (Moura, 2014), deve ser analisada à luz de reflexões sobre o patriarcado e o racismo que permeiam as relações sociais brasileiras.

A respeito da superexploração do trabalho e do racismo, vale destacar que o processo de abolição do escravidão não significou a emancipação social, política e econômica da população negra brasileira. Como destaca Moura 2014 (apud Alves, 2022), tal processo culminou em um projeto do Estado de marginalizar a população negra nas franjas maltrapilhas do emergente mercado de trabalho assalariado. Privados dos mesmos postos de trabalho que a população branca e sem acesso às políticas públicas ou qualquer iniciativa de reparação social por parte do Estado brasileiro, a população negra, na instauração do capitalismo no Brasil, passou a compor os segmentos da superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva), prevista por Marx (2012), convivendo com o desemprego, pauperismo e desigualdades sociais de todo o tipo, mas também, servindo estrategicamente como efeito de pressão para o rebaixamento dos salários e condições de trabalho dos trabalhadores. O racismo serve, pois, como uma alavanca ao processo de deterioração da classe trabalhadora.

Dessa forma, fica exposta a funcionalidade do racismo ao capitalismo, principalmente na sua face dependente. Racializa uma parcela da população, reproduz ideologias de inferiorização, concentra de forma majoritária nas piores ocupações laborais ou fora do mercado de trabalho e na informalidade. Essa equação implica em pressão negativa contra os salários e condições de vida de toda classe trabalhadora (principalmente pela população não branca ser a maioria no Brasil), mas com especial brutalidade à população negra. (Silva; Fagundes, 2022, n.p.).

Nesta linha, Gonçalves (2018) afirmará que, nos primórdios das relações tipicamente capitalistas no Brasil, a população negra encontrou imensos obstáculos para que se constituísse, de fato, classe trabalhadora. Em situação degradável, a população negra constituía um viveiro de mão de obra barata, como "reserva da reserva"(Gorender *apud* Gonçalves, 2018, n.p.).

Uma vez enunciado, ainda que brevemente, as características do capitalismo *sui generis* (Marini, 2022) que se instala no Brasil e a funcionalidade do racismo para a espraio desse tipo de capitalismo e a consequente deterioração da classe trabalhadora - processo que também estabeleceu um abismo social entre trabalhadores negros e brancos - é importante recorrer à categoria gênero para que possamos compreender como o imbricamento entre racismo, patriarcado e capitalismo se concretiza e se estende aos diversos setores da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Saffioti (1987) ao examinar os sistemas de dominação e exploração na sociedade capitalista, identifica que o patriarcado e o racismo antecedem historicamente a consolidação do modo de produção capitalista. Contudo, a autora ressalta que, no contexto do capitalismo, esses sistemas se articulam de forma simbiótica, estabelecendo uma relação tão intrincada que se torna inviável analisá-los de maneira dissociada.

Assim, Saffioti (2015) entende, ainda, que o gênero, a raça/etnia e as classes sociais constituem eixos que estruturam toda a sociedade. Se tomados de forma isolada, apresentam características distintas daquelas que se podem constatar no que ela denomina de 'nó' que formaram ao longo do processo histórico. Este 'nó' contém uma condensação, é nele que atuam, como uma síntese de múltiplas determinações, unidade na diversidade, cada um dos referidos eixos. Assim, o 'nó' reflete o imbricamento *patriarcado-racismo-capitalismo*, no processo de exploração-dominação.

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó (Saffioti, 1985, 1996) formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. **Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão [...].** (Saffioti, 2015, p. 122, grifo nosso).

Dessa forma, na sociedade contemporânea, marcada pelo “enovelamento” entre *patriarcado-racismo-capitalismo*, o modelo hegemônico de dominação é representado pelo homem branco, adulto, rico e heterossexual. Em contraposição, grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras e a população LGBTQIAPN+, são submetidos a diversas formas de violência decorrentes desse sistema de dominação e exploração.

Na sociedade brasileira, a tríade capitalismo-racismo-patriarcado ressoou e ainda ressoa na fragilização de direitos humanos e sociais, especialmente, à população negra, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e povos indígenas. No âmbito do acesso às políticas públicas, também é possível identificar um acesso precário (quando existente) aos atendimentos e serviços dessas políticas. No âmbito da política de educação, a tríade capitalismo-racismo-patriarcado cunha marcas nas trajetórias de estudantes, muitas vezes, marcadas pela não-escolarização, por processos de evasão, ou ainda, por inúmeras adversidades advindas do não-asseguramento das condições de permanência para concluir seus processos educacionais.

3 A DIALÉTICA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: entre a objetividade e a subjetividade

A partir das determinações sócio-históricas discutidas na seção anterior - marcadas pelo imbricamento entre capitalismo, racismo e patriarcado na formação social brasileira - torna-se

necessário aprofundar a análise sobre a incidência dessas determinações nas trajetórias escolares e, particularmente, na permanência estudantil. Nesse sentido, a permanência deve ser compreendida como um processo complexo, atravessado por condições materiais de existência, pela estruturação dos sistemas de ensino e pelas experiências dos sujeitos que deles participam.

Pesquisas, estudos e debates sobre permanência estudantil têm ganhado destaque tanto em pesquisas acadêmicas quanto nas próprias instituições de ensino. Ainda assim, há um longo caminho a ser percorrido, o que evidencia a complexidade dessa realidade social - que não deve ser analisada sob a ótica da responsabilização individual do/da estudante, mas sim a partir da consideração das determinações estruturais que atravessam as relações sociais. Desse modo, compreender a permanência estudantil implica considerar a articulação entre as dimensões objetiva e subjetiva da vida social, considerando as relações classe, raça e gênero que constituem a realidade social.

Considerando os entraves à permanência estudantil, é importante destacar que, de modo geral, nas unidades escolares,

[...] o fracasso e a evasão escolar são focados nos indivíduos (estudantes/famílias) justificando a falta de mérito para atingir o sucesso escolar, culpabilizando-os por todas as dificuldades que enfrentam na trajetória de vida social e, especialmente, escolar (Martins, 2015, p. 225).

Nessa perspectiva, o aparente é tomado, equivocadamente, como o real, desconsiderando-se a totalidade das relações sociais sobre a qual incidem múltiplas determinações. Ressalta-se, desse modo, a importância da coleta de dados considerando o quesito 'raça/cor/etnia', uma vez que essa prática é essencial para a elaboração de políticas públicas sob uma perspectiva antirracista e tem a capacidade de tornar visíveis as nuances do silenciamento da desigualdade étnico-racial e da relação direta entre acumulação capitalista e racismo (Eurico, 2022).

Do mesmo modo, *escutar* os sujeitos - em suas experiências de classe, raça, gênero, entre outras - constitui um caminho fundamental para o desvendamento da realidade social e para a compreensão dos processos de permanência estudantil. Miguel Arroyo (2011) alertou para a ausência de uma tradição de escuta nos espaços escolares, destacando a importância de reconhecer as experiências dos/das estudantes, reconhecendo-os enquanto trabalhadores

[...] Quando o ponto de partida é reconhecê-los como trabalhadores, a proposta de garantir seu direito à educação é obrigada a ter como referência os trabalhos de que sobrevivem, se trabalham em trabalhos precarizados, se têm dificuldade de articular tempos de trabalho- sobrevivência e tempos de escola. [...] (Arroyo, 2017, p. 45).

Essa reflexão ganha materialidade nas trajetórias de estudantes-trabalhadoras negras do IFSP. Muitas delas são filhas/os de mulheres-trabalhadoras, que (re)produzem vidas, umas mães-

solo; sendo algumas das estudantes do IFSP também mães-trabalhadoras e filhas/netas/irmãs/vizinhas- 'cuidadoras'. Suas mães e seus pais, trabalhadoras/es - a maioria em trabalhos informais e intermitentes - quando ingressaram na escola, não conseguiram permanecer e acessar níveis mais elevados de escolarização. Em algumas situações, retornaram aos estudos na educação de jovens e adultos (EJA), sendo que alguns poucos concluíram o ensino médio e/ou fizeram curso técnico.

Essas trajetórias evidenciam que a força de trabalho brasileira caracteriza-se pela superexploração e precarização, elementos que particularizam os países de capitalismo periférico e dependente. As condições de vida, de trabalho e de permanência estudantil, identificadas nas trajetórias familiares das/dos estudantes, revelam os traços constitutivos e determinantes da realidade social brasileira, em suas relações de classe, raça e gênero.

As condições de vida das/dos estudantes, especialmente no que diz respeito à relação com o mundo do trabalho, evidenciam uma perpetuação da superexploração e a intensificação da precarização do trabalho, bem como a permanência do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres, no contexto do avanço do regime neoliberal e da crise da reprodução social.

Apesar desse cenário, as/os estudantes buscam articular tempos de trabalho/sobrevivência com os tempos de escola. Nesse sentido, reportamo-nos a uma reflexão de Arroyo (2011, p.97), em que ele indaga sobre quais responsabilidades cabem à comunidade acadêmica diante das dificuldades das/dos estudantes em articular esses tempos: “[...] a escola poderia ao menos levar em conta que não são senhores de seus tempos? Que rituais e que lógicas escolares entram em choque com seus tempos de sobrevivência? [...]”.

As experiências singulares dessas/desses estudantes - que carregam uma dimensão social e coletiva - evidenciam a unidade entre objetividade e subjetividade na dinâmica da permanência estudantil. A filósofa Sueli Carneiro, em entrevista concedida à TV Senado em 2022, afirma que as mulheres negras constituem o grupo que experimentou o maior grau de escolarização nos últimos anos, o que representa uma vitória das políticas de ação afirmativa. Além disso, ela sublinha que, para essas mulheres, a educação - sobretudo universitária - tem sido compreendida não somente como possibilidade de mobilidade social, mas como uma estratégia para potencializar a capacidade de incidência de mulheres negras na sociedade, tanto no plano individual como coletivo. Nesse sentido, para a filósofa, “há um sujeito político novo chamado mulheres negras e que traz uma agenda nova que faz avançar a democratização no país” (Carneiro, 2022).

Ao refletir sobre os processos de exploração e opressão que atravessam a realidade social, Vergès (2020, p. 35) afirma que “[...] as análises mais esclarecedoras e produtivas das últimas

décadas foram aquelas que puxaram o maior número de fios, colocando em evidência as redes de opressão concretas e subjetivas que tecem a teia da exploração e das discriminações”.

A partir disso, parte-se do pressuposto que compreender a permanência estudantil implica considerar os elementos/fios que incidem nas relações cotidianas e na dimensão subjetiva dos sujeitos. E esses fios têm base material e histórica, são construídos nas relações sociais e se expressam na vida concreta das/dos estudantes. Fios estes que são estruturais e que ganham novos contornos no capitalismo do século XXI, com o avanço do neoliberalismo, na particularidade da sociedade brasileira, de um país de capitalismo dependente em que a força de trabalho, racializada e generificada, caracteriza-se pela superexploração e precarização.

Assim, as relações de classe, raça e gênero, assim como determinam as condições e os modos de vida, também condicionam as possibilidades de acesso e permanência estudantil. Essa constatação contribui para desmistificar o ideário neoliberal meritocrático tão presente na sociedade e, de forma particular, na educação, além de evidenciar que as trajetórias estudantis são também atravessadas por lutas, resistências e estratégias coletivas na busca pelo acesso, pela permanência e por um projeto educacional contra-hegemônico.

Nesse sentido, puxar o maior número de fios com vistas à compreensão da permanência estudantil auxilia-nos na compreensão de que a subjetividade não é dissociada da vida social, ao contrário, o que existe é uma unidade entre objetividade e subjetividade. Assim, a permanência estudantil somente pode ser concebida a partir dessa unidade, caso contrário ela não se efetiva, não se efetivando tampouco o direito humano e social à educação (Esteves, 2025).

4 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

A compreensão da permanência estudantil como um processo dialético que envolve tanto a objetividade das condições materiais quanto a subjetividade das vivências dos sujeitos exige que as instituições de ensino não se limitem a oferecer auxílios financeiros. É imperativo construir estratégias de resistência e práticas político-pedagógicas que combatam o racismo estrutural e promovam o direito humano e social à educação. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), essas ações ganham corpo na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando transformar a escola em um território de pertencimento e produção de conhecimento contra-hegemônicos.

Nesta seção, descrevemos quatro experiências, onde três exemplificam como a organização coletiva e o deslocamento epistemológico podem ser vitais para contribuir com a permanência de estudantes negros e periféricos, enfrentando o silenciamento e as hierarquias raciais

do ambiente acadêmico. A quarta experiência consiste em um produto de divulgação científica elaborado pelos membros da pesquisa intitulada *Dez anos da Lei 12.711/2012 e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?*

4.1 GEPRETAS: Territórios de Resistência e de (Re)existência Acadêmica

O Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-Raciais no Território, Arquitetura e Sociedade (GEPRETAS), sediado no IFSP – Campus São Paulo, atua como um espaço simbólico para a permanência estudantil ao se configurar como um território de acolhimento e produção de conhecimento crítico. Parte do grupo é composto por estudantes e pesquisadores negros e periféricos, que encontram no GEPRETAS a possibilidade de (re)existirem em uma instituição que, muitas vezes, reproduz o "pacto da branquitude" e invisibiliza corpos e conhecimentos não-hegemônicos. A atuação do grupo busca tensionar as hierarquias raciais acadêmicas, transformando a instituição de ensino em um espaço de disputa simbólica e política. No campo do ensino, uma das práticas pedagógicas mais potentes que dialoga com a perspectiva antirracista do grupo é a viagem técnica ao Quilombo Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

É importante destacar que essa atividade não é viabilizada ou conduzida diretamente pelo GEPRETAS enquanto grupo de pesquisa. No entanto, a líder do grupo, em sua atuação como docente, foi a responsável por inserir essa prática pedagógica na estrutura curricular de sua disciplina. Desde 2024, a viagem está formalmente integrada à disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2, permitindo que estudantes tenham contato com modos de vida que desafiam a lógica capitalista e valorizam conhecimentos ancestrais e a organização comunitária. Essa imersão pode ser crucial no auxílio à permanência, pois promove a desconstrução de paradigmas eurocêtricos e fortalece a identidade do estudante, que passa a reconhecer seus referenciais históricos e culturais como legítimos e potentes para a sua formação.

Figura 1 - Registros das atividades realizadas na viagem técnica ao Quilombo Ivaporunduva



Fonte: Giselly Barros Rodrigues, 2024 e 2025

4.1.2 Projeto TENEGRES Brasilândia: a extensão como elo de identidade e acesso

A permanência estudantil também se fortalece quando a instituição rompe seus muros e estabelece conexões orgânicas com os territórios populares – negros e periféricos. O projeto de extensão TENEGRES - Territórios Negros e as Escolas: descobrindo o lado norte de São Paulo (Brasilândia), iniciado em 2023, é um exemplo prático dessa conexão ao atuar diretamente em uma das maiores periferias da zona norte paulistana. O projeto utiliza a afrocentricidade para interpretar os territórios negros como espaços de produção de conhecimento, identidade e resistência. Por meio de oficinas, rodas de conversa e produção cultural, o TENEGRES fomenta o protagonismo de jovens e crianças, fortalecendo identidades negras e periféricas em contraposição à marginalização histórica.

Para o IFSP, essa prática de extensão constitui uma estratégia de acesso e permanência socialmente referenciada, pois projeta a instituição como um lugar possível para a comunidade externa e oferece aos estudantes extensionistas uma formação comprometida com a justiça social. Articulando as escolas públicas e os territórios negros, valorizando seus conhecimentos e tecnologias ancestrais, o TENEGRES valoriza a experiência de sujeitos que sofrem com a superexploração do trabalho e a precarização da vida, criando redes de apoio e reconhecimento mútuo. Essa prática político-pedagógica pode contribuir com a permanência simbólica do estudante (negro, periférico ou pobre) com dignidade, consciência política e orgulho de sua trajetória.

Figura 2 - Fotografias das atividades realizadas pelo Projeto TENEGRES no Território da Brasilândia



Fonte: Giselly Barros Rodrigues, 2024 e 2025.

4.1.3 O ColoreAfro: a dimensão político–pedagógica e o trabalho socioeducativo antirracista

O Coletivo ColoreAfro surgiu em 2014, ainda que sem esta nomenclatura, que somente foi adotada pelo grupo em 2015, como parte do processo de constituição de sua identidade coletiva; é formado por estudantes do Técnico Integrado, Ensino Superior, ex-alunos/as e servidores/as, todos do campus Salto do IFSP. Ao longo da sua história, o Coletivo contou com a participação de estudantes entre 15 e 62 anos em sua composição, o que denota também seu caráter intergeracional. Originário da união de vivências de sujeitos subalternizados num mundo racializado, implicados nos estudos e

pesquisas sobre o tema em questão, lograram ampliar o alcance do trabalho envolvendo diversos sujeitos em atividades extensionistas antirracistas.

O trabalho do Coletivo ColoreAfro ultrapassou os muros da instituição e se desdobra em ações para a comunidade externa, que entre 2014 e 2025, levou suas práticas para serem apresentadas em eventos culturais e congressos em municípios como Itu, Itapetininga, Sorocaba e tantas outras cidades paulistas, além de Recife –PE, durante a realização do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. Além da criação de espaços como oficinas com estudantes da rede estadual de ensino, famílias participantes dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS de Salto e formação docente, bem como o documentário sobre a temática central.

A oferta de espaço para diálogo e reflexão tornou o Coletivo ColoreAfro uma referência na região como promotor de atividades educativas no eixo cultural que possibilitam a reflexão com foco na desconstrução de preconceitos e posturas racistas e conservadoras, além de representar um espaço de acolhida e escuta para indivíduos negros que buscam espaço para a construção de uma identidade coletiva. Vale ressaltar que as ações coadunam com a visão do IFSP como instituição que, mais do que simplesmente cumprir a legislação de combate ao racismo (Leis Federais n. 10639/2003 e n.11645/2008), assume seu compromisso social e político de orientar o desenvolvimento de participantes eticamente posicionados no campo das alteridades, pois o combate ao racismo requer empenho cotidiano, com ações continuadas que envolvam a comunidade interna e externa na busca pela superação do racismo, pela igualdade racial.

Um traço permanente nas ações do Coletivo ColoreAfro é a expressão de trajetórias diversas, num exercício dialógico que amplia o repertório cultural e cognitivo, se esforça em promover atividades educativas com caráter emancipador – contrapondo-se às perspectivas coloniais - que desvendem os mecanismos do capitalismo, suas contradições, suas repercussões concretas na vida dos estudantes, famílias e comunidade, especialmente nas dimensões de classe, gênero e raça que marcam profundamente suas experiências pessoais e coletivas. Compreender as relações de reprodução social possibilita analisar como marcadores sociais (raça/etnia, gênero, classe e outros) afetam nossa realidade desde nosso nascimento, ou mesmo antes de nascer. Elementos determinantes de classe, gênero, raça, território, colonialidade e gerações podem ser reveladores das desigualdades ou privilégios que afetam a sociabilidade e podem ser desvendados por meio das ações socioeducativas, uma tomada de consciência para a ação.

Para tanto, o grupo desenvolve suas ações a partir de uma gama variada de recursos e instrumentalidade, como: oferta de oficinas, minicursos sobre relações étnico-raciais, intervenção artística e teatral – incluindo a peça “Fariamos tudo outra vez, se preciso fosse”, gincana temática, cines-debate no Campus e em espaços externos, jogos educativos – incluindo o uso de *Kahoot*,

elaboração de documentários sobre a temática, *tour* histórico no território, varal cultural e passeios a espaços de memória, à Casa Quilombola, além de interação por meio virtual com pessoas no Brasil e no mundo. Numa ação mais recente do grupo está o intercâmbio de podcasts com estudantes do curso de Trabalho Social da Faculdade de Humanidades e Tecnologias da Comunicação Social da *Universidad Tecnológica Metropolitana do Chile* e demais membros convidados das duas instituições de ensino. Essa atividade tem enriquecido o universo informacional e cultural dos envolvidos permitindo a troca de experiências de vida e de resistência social em ambos países, fortalecendo o debate sobre a decolonialidade, o combate às opressões e o fortalecimento de uma identidade latino-americana.

As ações promovidas pelo *ColoreAfro*, ao longo de sua história, produziram resultados positivos na socialização, autoestima e protagonismo dos participantes; ações estas que configuram uma estratégia permanente de combate ao racismo e de valorização das culturas de base africana que possibilitam a reafirmação de outros referenciais de cultura e de identidade, resgatando a diversidade e valorizando a ancestralidade, através do protagonismo dos próprios discentes, com envolvimento do público externo que se vê identificado e representado pelo Coletivo *ColoreAfro*.

4.1.4 Observatório da Vida e Permanência Estudantil

O Observatório da Vida e Permanência Estudantil é uma iniciativa de divulgação científica e de produção de conhecimentos voltada à integração das reflexões e conclusões construídas pelos projetos e pesquisas do grupo de pesquisadores que compõem a equipe de pesquisa intitulada *Dez anos da Lei 12.711/2012 e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?*

O termo “Observatório” enfatiza o caráter da visibilidade, tanto no sentido de dar a conhecer as dúvidas e reflexões do grupo para a comunidade externa, quanto, em sentido inverso, dar a conhecer ao grupo as reflexões promovidas por outras pessoas. A partir de um *website*², são disponibilizados conteúdos digitais como forma de divulgação científica a respeito das pesquisas sobre as políticas de acesso e permanência estudantil na rede federal de educação, incluindo o cenário particular do IFSP. Busca-se uma interface entre o mundo acadêmico e a produção de conhecimento científico, centrado na perspectiva estudantil.

Esses pressupostos explicam a construção do *website* do Observatório da Vida Estudantil em abas, das quais a primeira é uma explicação sobre o próprio observatório, sobre o perfil das pessoas que contribuíram para sua realização e formas de entrar em contato. Uma segunda aba tem o objetivo de dar publicidade às metodologias que nos permitiram chegar aos resultados obtidos e,

adicionalmente, apresentar nossas conclusões sobre o acesso e permanência no IFSP sob o ponto de vista do que nossas pesquisas apontam.

Uma terceira aba dará publicidade aos artigos, livros, entrevistas e reportagens produzidas pelos pesquisadores e/ou a partir dos dados extraídos pelos membros do grupo, com link para acesso sempre que possível. Nessa terceira aba, também serão armazenados os links para outros trabalhos que a equipe selecionar como pertinentes para o cotejamento com os dados. A quarta aba, por sua vez, será destinada a socializar depoimentos e relatos de estudantes a respeito do processo de acesso-permanência no IFSP, frutos da pesquisa de campo realizada pela pesquisa *Dez anos da Lei 12.711/2012 e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?*

A arquitetura da página busca desconstruir qualquer forma indesejável de centralidade de um aspecto sobre os outros e convida o público que o estiver consultando para que organize a disposição dos dados que desejar. Com base na sistematização de dados acadêmicos de estudantes do IFSP, realizada pelos pesquisadores associados ao Observatório da Vida e Permanência Estudantil, tem-se a perspectiva de disponibilizar um banco de dados gerais a respeito das políticas de acesso e permanência da instituição, onde será possível consultar dados gerais anonimizados de estudantes como idade, gênero, raça/etnia e renda familiar, ingresso (ou não) via reserva de vagas (cotas), de maneira, pois, a facilitar o cruzamento e análise de tais dados pelo público. Dessa forma, o/a pesquisador/a deixa de se conceber como o epicentro do processo cognitivo e passa a se ver como um mediador da experiência de informação de outros pesquisadores; simultaneamente, a estrutura dialógica do observatório permite a formação de novos círculos de relações em torno dos temas de pesquisa, com a troca de informações e de comentários sobre as publicações dos membros.

5 CONCLUSÃO

A análise dos elementos basilares da formação sócio-histórica brasileira, nos quais classe, raça/etnia e gênero se estabelecem como categorias essenciais para a compreensão das políticas educacionais, em conjunto com as especificidades do tipo de capitalismo (Fernandes, 2009; Marini, 2022) que se desenvolveu no Brasil, permite-nos inferir que a tríade capitalismo-racismo-patriarcado produz e reproduz relações sociais desiguais nas diversas esferas da vida social. Assim, a análise crítica da formação sócio-histórica brasileira constitui-se como requisito crucial para a compreensão de processos e trajetórias educacionais no decorrer histórico.

A permanência estudantil é compreendida como um processo social complexo, atravessado pelas múltiplas determinações que marcam a formação social brasileira, especialmente as

relações de classe, raça e gênero. Parte-se do entendimento de que a permanência não pode ser explicada pela responsabilização individual dos estudantes, devendo ser analisada à luz das condições materiais de vida, da estrutura dos sistemas educacionais e das experiências concretas dos sujeitos que deles participam. Nessa perspectiva, a permanência estudantil expressa a unidade dialética entre objetividade e subjetividade, uma vez que as condições objetivas de existência se articulam às experiências dos sujeitos. Compreender a permanência estudantil implica, portanto, “puxar os fios” da realidade social, evidenciando a unidade entre exploração e opressão que estrutura as desigualdades sociais e educacionais. Tal abordagem contribui para desmistificar o ideário meritocrático neoliberal presente no campo educacional e reforça que a efetivação do direito humano e social à educação, em uma perspectiva antirracista, exige o reconhecimento das desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias estudantis, bem como a construção de políticas e práticas institucionais comprometidas com sua superação.

As experiências do Grupo de pesquisa GEPRETAS e do projeto de extensão TENEGRES Brasilândia materializam a educação antirracista ao articularem o ensino, a pesquisa e a extensão como estratégias para a permanência estudantil. Ao institucionalizarem práticas como a vivência no Quilombo Ivaporunduva e a atuação em territórios negros e periféricos, tais iniciativas cumprem o objetivo de fortalecer o acesso e a permanência por meio do reconhecimento de identidades e saberes ancestrais. Assim, sob a lente metodológica da interseccionalidade, essas práticas confirmam que a permanência efetiva exige uma unidade dialética entre as condições materiais e a subjetividade das trajetórias escolares.

Quanto ao Coletivo ColoreAfro, vimos que ele é em si a síntese de uma experiência coletiva que materializa o sentido do trabalho socioeducativo estruturado sob uma base político-pedagógica de caráter emancipador antirracista, que vem fazendo história e reafirmando a potência de trabalho socioeducativo construído em relações horizontais, democráticas e de fortalecimento de processos emancipatórios.

No que concerne ao Observatório da Vida e Permanência Estudantil — enquanto experiência de divulgação científica sobre as políticas de acesso e permanência na rede federal de educação — cumpre ressaltar a relevância de iniciativas análogas que viabilizem a acessibilidade a dados, reflexões e conteúdos indispensáveis para a formulação de políticas educacionais e estratégias de apoio à permanência que sejam antirracistas e possuam um horizonte democrático na sociabilidade contemporânea.

Por fim, a partir dos fundamentos sócio-históricos da sociabilidade brasileira apresentados e a sua relação de determinação recíproca com os processos educacionais, dentre eles o processo de acesso e permanência estudantil, destacamos a necessidade de que mais projetos de ensino, pesquisa

e extensão se dediquem à temática da permanência estudantil nas instituições de ensino, entendendo-a como fulcral para a materialização do direito à educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálýsis**. 2022 Maio (2):212-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARROYO, M. G. **Passageiros da noite do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- CARNEIRO, S. **Que Brasil é Este?** Sueli Carneiro: de que barro somos feitos para permitir a situação dos negros deste país? 2022. (Entrevista TV Senado). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTVwGI2ylhA>.
- ESTEVES, T. R. **Ocupar, resistir, produzir conhecimento - trajetórias de lutas no campus**: a experiência de mulheres estudantes-trabalhadoras do IFSP-Jacareí. 2025. 289 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.
- EURICO, M. C. **Nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª edição revista. Global Editora. São Paulo, 2009.
- QUIJANO A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A Colonialidade do Saber**: etnocentrismo e ciências sociais—Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso. 2005 Sep:107-26.
- GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514–522, dez. 2018. doi: 10.1590/1982- 02592018v21n3p514 . Acesso em: 4 set. 2025.
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência e outros escritos**. Org. Roberta Traspadini; João Pedro Stedile. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- MARTINS, E. B. C. O rebatimento da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social. In: DAVID, C. M., *et al.* (orgs.). **Desafios contemporâneos da educação** [online]. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 217-236.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA S.R; FAGUNDES, G. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Revista Katálisis**, 2022. Maio (2):222-31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e8413>. Acesso em: 5 ago. 2025.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Notas

¹ A pesquisa é coordenada pela Profa. Dra. Michelli Aparecida Daros. Os autores deste artigo são membros da equipe da pesquisa citada. A produção deste artigo foi possível devido ao financiamento do CNPQ.

² Na submissão deste artigo, o website passava por testes de finalização. Em breve, poderá ser acessado via domínio gru.ifsp.edu.br ou <https://observatoriopermanencia.gru.ifsp.edu.br>.